

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REVISTA AMAZÔNIDA

HIGH SCHOOL REFORM IN AMAZÔNIDA JOURNAL

Nayara Ferreira Costa **1**

Resumo: Desde a retomada do poder pela ofensiva neoliberal com o Golpe Parlamentar de 2016, o Brasil sofreu uma série de reformas administrativas que prejudicam a classe trabalhadora, tais como a Reforma Trabalhista e a do Ensino Médio. O presente estudo visa apresentar uma análise das produções científicas acerca da Reforma do Ensino Médio na Revista Amazônida, periódico ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM) no período de 2017 a 2020. A coleta de dados encontrou três produções acerca da Reforma do Ensino Médio promulgada a partir da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Como balanço geral, as pesquisas endossam as críticas à reforma, visam o fortalecimento dos movimentos educacionais de resistência a medidas antidemocráticas e privatistas na educação pública no Amazonas, e apontam a necessidade de fomento à pesquisa em políticas educacionais.

Palavras-chave: Amazonas. Golpe Parlamentar. Políticas Educacionais.

Abstract: Since the resumption of power by the neoliberal offensive with the 2016 Parliamentary Coup, Brazil has undergone a series of administrative reforms that harm the working class, such as the Labor and High School Reforms. The present study aims to present an analysis scientific production about High School Reform in Amazônida Journal, a periodical linked to the Graduate Program in Education at the Federal University of Amazonas in the period from 2016 to 2020. Data collection found three productions about the High School Reform enacted from Law No. 13,415, of February 16th, 2017. As a general balance, the academic research endorses criticism of the reform, aim at strengthening educational movements of resistance to anti-democratic and privatization measures in public education in Amazonas, as well as point out the need to encourage research on educational policies.

Keywords: Amazonas. Parliamentary Coup. Educational Policies.

Pedagoga. Mestra em Educação em Ciências na Amazônia. Aluna **1**
do curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Amazonas
- UFAM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5948456845760153>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6015-8916>.

E-mail: nay.ped@hotmail.com

Introdução

O Golpe Parlamentar ocorrido em 2016 iniciou uma avalanche de alterações legais que visaram a minimização do Estado brasileiro e as políticas de bem-estar social. Dentre elas, a reforma do ensino médio iniciada com a Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016 à promulgação da Lei nº 13.415/2017.

Motta e Frigotto (2017) afirmam que a reforma surge de um tríplice retrocesso de políticas públicas, a saber a MP nº 746/2016, a Emenda Constitucional nº55 e o Projeto de Lei nº 867/2015 - que buscou acelerar o sucateamento dos direitos universais conquistados pela classe trabalhadora ofertados pelo estado.

Acerca da legislação brasileira, no caso específico das leis trabalhistas, Droppa (2017) afirma que há uma flexibilização que conflui para a desconstrução das conquistas trabalhistas, inclusive a primeira onde neoliberal tinha como característica responder aos interesses dos grupos empresariais.

Na prática, a reforma do ensino médio brasileiro está alinhada aos anseios do mercado (FERRETTI; SILVA, 2018; SILVEIRA, 2017) e nega aos jovens acesso a uma escola que dê fundamentação científica para entender o mundo social, visto que as ações jurídicas interferem diretamente no currículo e na formação discente e docente.

Deste modo, o estudo tem como objetivo analisar as produções científicas da Revista Amazônida acerca da reforma no período de 2017, ano de conversão da MP nº 746/2016 na Lei nº 13415/2017, até 2020 quando a Reforma do Ensino Médio já vigorava.

Por meio de um levantamento bibliográfico no site do periódico com a busca das palavras: “reforma do ensino médio” foram encontrados três textos. Eles são compostos por duas apresentações de edições e um artigo.

A escolha da Revista Amazônida se deu por ela se constituir como um periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). E por esse estudo ter sido realizado durante o curso de doutorado do programa supracitado, cujo financiamento é oriundo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Os cursos de mestrado e doutorado em Educação que existem no estado do Amazonas pertencem a esse programa e, por conta disso, a análise das produções acerca da reformulação da última etapa da educação básica no nível da pós-graduação *stricto sensu* aponta para os limites e as possibilidades de avanços na área dentro e fora do estado.

Esse balanço, realizado por meio de levantamento bibliográfico se constitui como um contributo para o PPGE/UFAM possa dar visibilidade ao tema, visto que ele é um programa estratégico não apenas a nível de estado, mas também como região norte. Região brasileira que carece de programas de mestrado e doutorado em Educação.

No que tange a distribuição de programas de pós-graduação no Brasil, a região norte está entre as regiões cuja demanda ainda é maior do que a oferta, mesmo que em todos os estados da federação contem com programas de pós-graduação em educação.

A presença de programas de pós-graduação e o constante aumento de cursos de mestrado e doutorado acadêmico e profissional em educação do período de 2007 a 2019 no Brasil é uma realidade, contudo não foi suficiente para diminuir as desigualdades regionais existentes no país.

Um dado interessante a ser salientado é que no período supracitado a região norte teve o maior aumento percentual no número de programas passando de três para 13, entretanto, esse crescimento representa um percentual inferior a 8% do total de programas de pós-graduação em educação no país.

O curso de doutorado em educação da UFAM faz parte dos 69% dos cursos de pós-graduação em educação ofertada pelas instituições públicas, das quais 43% são federais e 23% são custeadas pelos estados.

Voltando ao tema das desigualdades regionais pode-se afirmar no que se refere às notas dos programas, que as regiões Sul e Sudeste tem as melhores avaliações. Enquanto a região Norte, onde está localizada a UFAM ainda trabalha na perspectiva de ampliação dos programas de pós-graduação, bem como a formação de mais mestres e doutores.

O crescimento de mestrados profissionais pode apontar uma tendência de fortalecimento do ideal tecnocrata como forma de expansão de programas de pós-graduação em educação, ou seja, esse processo deve ser analisado cuidadosamente para que o conhecimento científico construído oriundo dessa expansão não apresente uma idéia de ciência solucionadora de problemas que se anula enquanto crítica social.

Todavia, a análise apresentada aqui tem como enfoque a produção científica do periódico ligado ao PPGE/UFAM acerca da Reforma do Ensino Médio por meio da MP nº 746/2016 e da Lei nº 13.415/2017. O Amazonas tem papel fundamental nesse movimento legal assumido pelo executivo federal no pós Golpe brasileiro de 2016 pois, na exposição de motivos para a MP nº 746/2016, o estado amazonense apresentou melhoras significativas no que tange o ensino médio e citado nesse documento que visou a reforma (BRASIL, 2016).

Contudo, o que de fato aconteceu no Amazonas foi uma progressiva adoção do modelo militarista de educação (COSTA et al., 2018) e o fortalecimento do ideário privatista, visto que nesse modelo educacional adotado a sociedade aloca valores para o funcionamento da escola, ou seja, esse é um modelo de escola pública que não é acessível a toda sociedade. Em conjunto a esse processo local, a nível nacional foi imposta a Reforma do Ensino Médio que trouxe consigo alterações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e cuja idéia de tornar a última etapa da educação básica em tempo integral apenas esconde seu caráter profissionalizante e rebaixador de cultura àqueles que dependem da escola pública para ter acesso à escolarização formal.

Asimplificações da reforma do ensino médio para o Amazonas: movimentos para questionar os reflexos da educação básica à educação superior

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Amazônia continuava desligada do Brasil e com a população isolada, cuja história é marcada por uma colonização desordenada, fator esse que ficou explícito com a criação da Zona Franca de Manaus, cidade onde houve um deslocamento populacional maciço (BATISTA, 2007).

O Amazonas é o maior estado em extensão territorial do Brasil, pertence a região norte e faz parte da Amazônia legal e apresenta peculiaridades sociais, regionais, culturais e históricas que o distingue dos demais estados brasileiros.

Ainda, segundo o autor, é necessário formar pesquisadores em centros de estudos mais adiantados no país com o compromisso de se fixarem na Amazônia (BATISTA, 2007). Embora a obra referida tenha um pouco mais de quatro décadas dois pontos corroboram para a ideia que ela continua contemporânea: 1) a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) em 2018 divulgou um edital específico para fixação de doutores no estado do Amazonas para atuarem na investigação científica e tecnológica (FAPEAM, 2018); 2) A região norte do Brasil praticamente se confunde com a Amazônia brasileira, com exceção dos estados do centro-oeste e nordeste que constituem, também, o território amazônico, no que tange a área de educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apresentou em seu levantamento que a região norte teve o maior expansão percentual de programas na área de educação, contudo, hoje, eles representam 8% da pós-graduação em educação no país (CAPES, 2020). Ou seja, um percentual pequeno para toda uma região.

Os dois pontos salientados servem para situar o PPGE/UFAM como um polo importante de estudos no âmbito regional, ou seja, as publicações ligadas ao programa podem possibilitar uma maior visibilidade daquilo que é produzido no estado do Amazonas, na região Amazônica e o que é recebido de outros estados brasileiros e países.

Tendo, por sua vez, o estado amazonense sido apresentado como exemplo de sucesso na gestão do Ensino Médio na Exposição dos Motivos que justificaram a ação do executivo federal para a imposição da MP nº 746/2016 que reforma a última etapa da Educação Básica, buscou-se analisar a partir do periódico vinculado ao principal Programa de Pós-Graduação em Educação do estado o que foi produzido acerca da Reforma do Ensino Médio no período de 2017 - 2019.

A Lei nº 13.415/2017 visa tornar a última etapa da educação básica para tempo integral, além de outras alterações (BRASIL, 2017), contudo, a manobra imposta com a promulgação da reforma é a de que o ensino médio passa a ser constituído também por itinerários formativos técnicos e profissionalizantes.

Com a Reforma do Ensino Médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que inaugurou a Educação Básica integrada no Brasil com as suas respectivas etapas e as modalidades passando de forma transversal a todas elas, sofreu um ataque significativo no que tange os avanços já conquistados no campo educacional, visto que, as alterações consolidadas com a reforma fazem a LDBEN nº 9.394/1996 se assemelhar à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que visava a universalização compulsória da profissionalização no ensino do segundo grau, cujo slogan era “ensino secundário para os nossos filhos e ensino profissional para os filhos dos outros” (SAVIANI, 2011, p.35).

Ou seja, a Reforma do Ensino Médio por meio da Lei nº 13.415/2017 faz a educação brasileira regredir à década de 70, perdendo, com isso, inúmeras conquistas realizadas pela educação básica que apenas recentemente teve a sua última etapa universalizada.

Ferreti e Silva (2018) apontam que desde os anos 70 o ensino médio vem se vinculando aos interesses econômicos capitalistas e a formação do jovem assume um caráter instrumental.

Uma leitura habermasiana acerca da reforma pode sugerir uma instrumentalização da educação ofertada nessa etapa da educação básica por meio da lei, bem como um interesse em minimizar do ensino médio à uma modalidade, a saber, a profissionalizante (COSTA et al., 2018). A situação tende a se agravar em função da COVID-19, momento em que o distanciamento social é necessário para conter o avanço da pandemia e as aulas podem ocorrer também na modalidade EAD - educação à distância

O estado do Amazonas, em função da sua extensão territorial, tem dentro da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) que tem por objetivo produzir aulas interativas para municípios e comunidades onde não haja professores especialistas por mediação tecnológica em polos em que os alunos possam ter acesso em período regular, cuja ênfase do aprendizado ocorra através da interatividade entre o aluno e o professor especialista do estúdio mediado pelo professor do polo (CEMEAM, 2019).

A criação do CEMEAM já aponta que as dificuldades logísticas no Amazonas são uma realidade a ser considerada dentro das ações governamentais. Como adequar física e profissionalmente o ensino médio dentro das comunidades mais distantes das sedes dos municípios até 2022? Provavelmente, a realidade amazonense não deve ter sido levada em consideração na imposição da reforma.

Na análise da oferta de cursos de nível médio na segunda fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado do Amazonas que relacionou demanda versus especificidades locais feitas por Nogueira (2016), apresentou as seguintes considerações: 1) Por razões histórico-geográficas é irônico afirmar que a formação técnica se constitua como necessidade de mercado, visto que o interior do Amazonas é constituído por espaços de desemprego; 2) Tampouco a oferta de cursos se deu a partir do interesse da classe trabalhadora; 3) A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amazonas ampliou o acesso à educação pública a essa sociedade, contudo, de forma precarizada.

Com a Reforma do Ensino Médio todas as escolas deverão se adequar ao modelo técnico profissionalizante até 2022, reduzindo um nível da educação básica a uma modalidade de ensino, a saber, a educação profissional.

O Amazonas conta, no campo da educação profissional, com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), uma autarquia da SEDUC/AM que atua visando a maior empregabilidade e geração de renda por meio do trabalho autônomo em parceria com o setor público e empresarial (CETAM, 2020).

Mesmo tendo sua ação voltada apenas para demandas específicas como a oferta de cursos técnicos de nível médio, qualificação profissional e inclusão digital (CETAM, 2020), a autarquia necessita manter relações com empresas privadas para atender as suas ofertas, ou seja, como ela poderia contribuir com a SEDUC/AM para a implementação do novo ensino médio?

Será que a Reforma do Ensino Médio se configura como uma possibilidade de privatização da última etapa da educação básica no estado do Amazonas, tendo em vista que a autarquia pública que é responsável pela educação profissional no estado já funciona com o estreitamento das relações público privadas?

Até janeiro de 2020 o CETAM no que se refere aos seus recursos humanos fez apenas um concurso público de carreira, no ano de 2014, a SEDUC/AM, por sua vez, em 2018, mesmo após a promulgação da Lei nº 13.415/2017 não abriu vagas para profissionais da área técnica profissionalizante no edital de concurso público de nível superior, ademais, fez um outro edital para profissionais apenas para compor o quadro de professores no regime temporário, no ano de 2019, ou seja, no que se refere a adequação no setor de recursos humanos, o Amazonas vai precisar se reorganizar ou fazer parcerias privadas e contar com profissionais de notório saber para oferecer o novo ensino médio.

Araújo (2018) infere que a reforma visa a ampliação do mercado de serviços educacionais na educação básica. Já que na educação superior, o ensino privado, já tem sua atuação consolidada e domínio das matrículas dos estudantes, ou seja, esse mercado deseja agora entrar na educação básica, que é, prioritariamente, pública.

Esse atrelamento do processo educacional e os interesses mercadológicos implicam em uma reestruturação curricular para que a educação se reduza à preparação para o trabalho (LAGOA, 2019).

As reproduções das contradições sociais corroboradas pela Reforma do Ensino Médio se configuram a partir do que Góis, Ribeiro e Mota (2019) caracterizam de formação intelectual para as classes dominantes e a escola instrumental para os filhos das classes populares.

A BNCC, em sua última versão aprovada em 2017, está em plena sintonia com o ideário hegemônico neoliberal, em que o aluno deve entender quais as competências e habilidades o mercado demanda para melhor se adequar a ele (LAGOA, 2019).

As questões como fortalecimento da autonomia estudantil apresentada pelo novo ensino médio como uma possibilidade, na verdade, ficarão a cargo das necessidades do mercado, as escolhas juvenis, se forem acolhidas se darão por arranjos entre as demandas empresariais e formas do estado ofertar, visto que, os itinerários formativos oferecidos estarão em conformidade com a viabilidade de oferta dos sistemas de ensino.

A Reforma do Ensino Médio trouxe uma série de implicações, ora de políticas públicas educacionais, ora de reestruturação curricular para o país e, por sua vez, refletiu em uma diversidade de produções acadêmicas científicas, como já foi exposto, a região Norte do país na área da educação conta com menos de 10% dos cursos de Pós-Graduação da área.

O estado do Amazonas conta com um curso doutorado em educação e o periódico da área tem papel fundamental na divulgação das produções científicas regionais e nacionais, por conta disso, a análise das pesquisas no que se refere à Reforma do Ensino Médio divulgadas pela Revista Amazônida se configuram como um indicativo de como essa política pública foi recebida pela comunidade acadêmica cujas especificidades diferem-na do restante do país.

EAD e profissionalização do ensino médio: o que foi discutido na revista Amazônida?

Em função da publicação antidemocrática da MP nº 746/2016, que alterava a LDBEN nº 9.394/1996 no que se refere o Ensino Médio, apresentar o Amazonas como estado cujas melhorias foram significativas nessa etapa da Educação Básica em sua Exposição de motivos e nomear para Secretário de Educação Básica e depois para Ministro da Educação o ex-secretário da SEDUC/AM que iniciou o processo de fortalecimento da militarização escolar no estado amazonense (COSTA et al., 2018), buscou-se fazer uma análise do que a Revista Amazônida, ligada ao único Programa de Pós-Graduação do Estado do Amazonas que oferece curso de mestrado e doutorado em Educação divulgou desde promulgada a reforma em 2017, até janeiro de 2020, quando a Lei da Reforma do Ensino Médio já tinha sido promulgada e entrado em vigor.

No mecanismo de busca oferecido pelo site do PPGE/UFAM o período a ser selecionado vai de 2017 até 2020. Fator esse que delimitou o período de análise desse estudo.

Ao inserir os termos “reforma do ensino médio” foram encontrados três trabalhos, os

primeiros são apresentações das edições do periódico que datam do ano de 2018 e citam a Reforma do Ensino Médio como pano de fundo das publicações divulgadas e um artigo publicado, cujo enfoque é o pensamento conservador

A primeira apresentação é de autoria da professora Arminda Rachel Mourão em que cita que as reformas, não apenas a do Ensino Médio, mas também a trabalhista, trazem em seu bojo perdas para a população em função da crise institucional que as impulsionaram. Na segunda apresentação de autoria de David Goes Ferreira e Fabiane Maia Garcia foi apresentada a perspectiva do retrocesso e a submissão aos interesses mercadológicos como marcas da Reforma do Ensino Médio.

Maia Garcia e Ferreira (2018) apresentam a reforma como uma volta à visão de ensino médio dual que segue a lógica produtivista.

Acerca do produtivismo Botelho Mourão (2018), afirma que a lógica produtivista se expande também na universidade e dentro dos programas de pós-graduação que não respeita as peculiaridades regionais e aponta que a Revista Amazônida é um instrumento de resistência e difusão do conhecimento produzido pelos pesquisadores da região.

Além disso, a autora pontua que a reforma do ensino médio, aliada à reforma trabalhista e a lei de terceirização é uma ameaça à valorização dos profissionais da educação (BOTELHO MOURÃO, 2018).

As críticas apresentadas corroboram com as ideias de Ramos e Frigotto (2016) que a Reforma do Ensino Médio se configure como um retrocesso das conquistas sociais pós LDBEN nº 9.394/1996, de Costa et al. (2018) que afirmam ser a Lei nº 13.415/2017 um dispositivo oriundo do Golpe Parlamentar de 2016 que visa responder aos anseios do Banco Mundial, de fortalecer o desmonte e privatização da educação básica, além de, segundo Lagoa (2019) uma hegemonização de um determinado sentido currículo através da BNCC.

Zan e Krawczyk (2020) analisam que o pensamento conservador que deu base ao golpe de 2016, além de promoverem a reforma do ensino médio, produziram a BNCC, as diretrizes nacionais para o ensino médio e fortaleceram o projeto escola sem partido.

A escola pública de ensino médio desenhada e imposta pela reforma não respeita a juventude, é antidemocrática e desvaloriza a ciência, sendo essa etapa da educação básica a mais frágil nos momentos de crise política em função de sua identidade estar em constante discussão e que esconde na ideia de flexibilização a desregulamentação e segregação do ensino e a precarização do trabalho docente (ZAN; KRAWCZYK, 2020).

Foi a partir disso que se implementou outra busca no periódico. Dessa vez os termos buscados foram “ensino médio”, dado que o período da pesquisa se manteve entre os anos de 2017 e 2020.

Com a nova busca 15 itens foram encontrados, sendo que desse número quatro eram apresentações, duas foram objetos de análises anteriormente supracitadas pois trataram abertamente sobre a reforma do ensino médio.

A apresentação de Santarém, Maia Garcia e Santos (2017) refere-se ao primeiro número digital cujas obras datam do ano de 2016. Embora a busca tenha trazido à tona a apresentação da primeira publicação digital da Revista Amazônida, ela não faz referências a então MP nº 746/2016, visto que as produções publicadas referem-se a um período anterior. Contudo, o texto ao apresentar o último artigo, que versa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica, aponta para a importância dela para a compreensão das políticas nacionais voltadas ao seu público alvo.

Maia Garcia e Ferreira (2018) endossam a importância da articulação entre as regiões Norte e Nordeste para o fortalecimento dos periódicos e como forma de apresentar estratégias de enfrentamentos das realidades vivenciadas no cenário educacional.

No que se refere aos artigos científicos foram encontradas um total de 11 trabalhos relacionados ao Ensino Médio. Para averiguar a relação com a Reforma do Ensino Médio foi realizada a leitura dos resumos e após esse procedimento foi percebido que diretamente apenas um artigo versava sobre as implicações da Lei nº 13.415/2017, em que Zan e Krawczyk (2020) argumentam que a reforma do ensino médio é um projeto cultural conservador.

As demais obras versam ora sobre análises das políticas educacionais de acesso à educa-

ção superior, educação profissional, ação da iniciativa privada no ensino médio e gestão democrática, ora, sobre questões curriculares específicas indígenas, apropriação de conhecimento científico e aprendizagem.

O que a ausência sobre a reforma do ensino médio tem a dizer? Ball (2011) diz que é simplista sugerir uma relação direta entre o contexto social e as preocupações acadêmicas.

Habermas (2013), por sua vez, concorda com a tese de Marcuse a qual afirma ser a técnica e a ciência legitimadoras da dominação e afirma que o capitalismo tardio está apenas protegido pela despolitização do conhecimento. Ou seja, a política é indispensável para a manutenção ou combate/destruição das desigualdades sociais ratificadas pela educação.

Ball (2011) afirma que grande parte da produção científica em educação não se refere às políticas educacionais, contudo, a ausência estatal geralmente induz a considerações baseadas na culpabilização do professor e nunca nas políticas que muitas vezes estão em contradição ou podem inibir e influenciar a fixação de outras.

Esse exemplo da culpabilização do professor pela não implementação da lei, de forma metonímica, sendo indiferente à ação e a invisibilidade estatal pode ser vista por Habermas (2013) a racionalidade instrumental hegemônica nas produções científicas e pesquisas acadêmicas se anulam enquanto crítica e ao culpabilizar rebaixa-se como mero corretivo dentro do sistema capitalista, apontando sempre uma má programação, ou como de praxe na área educacional: ausência de formação.

Dentro do que foi analisado a partir da coleta de dados percebeu-se que a Reforma do Ensino Médio na Revista Amazônica teve um papel de destaque nas apresentações das publicações após o Golpe Parlamentar consolidado, com críticas a demais políticas que atuam contra a educação pública e de qualidade social referenciada.

E, após a promulgação da reforma, o periódico contou com um artigo específico sobre a reforma, com críticas ao conservadorismo e o avanço das políticas neoliberais sobre a educação, o que aponta possibilidades de criação de uma chamada especial para abordar a reforma do ensino médio dentro da realidade Amazônica, visto que o cenário vivido nessa região é de extrema complexidade dada as suas particularidades de naturezas diversas, logísticas, culturais e de acesso à informação.

Considerações Finais

Embora tenham sido encontrados artigos voltados ao Ensino Médio no período de 2017 - 2020, foi possível perceber que no ano de 2017, logo após as medidas austeras de combate ao Estado de Bem-Estar Social tomadas no Governo Temer serviram de base para que as apresentações produzidas pela equipe editorial da Revista Amazônica situassem a comunidade acadêmica do cenário político e histórico-social implantado e na qual os artigos foram publicados.

Contudo, a ausência de trabalhos voltados à análise da Reforma do Ensino Médio a nível nacional, regional e local apresenta que ainda há uma área de pesquisa a ser investigada, ou seja, as políticas públicas educacionais de financiamento e curricular acerca do novo ensino médio como campo com possibilidade de investigação e aprofundamento científico, não para apontar culpados e se anular enquanto crítica social, mas para dotar a construção científica de teor político que fortalece os movimentos de resistência contra o avanço do capitalismo tardio. A proposição de um dossiê temático surge como possibilidades de conhecer os reflexos dessa política para o contexto regional e nacional.

Desse modo, pode ser percebido um movimento de luta e resistência da Revista Amazônica contra a reforma do ensino médio, com críticas acerca da forma antidemocrática com que essa lei foi imposta à sociedade e ao avanço privatista neoliberal sobre a última etapa da educação básica.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, R.M.L. A reforma do ensino médio do governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Holos**: Natal, Rio Grande do Norte, v. 8, p. 219 – 232, dez. 2018.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs). **Políticas Educacionais questões e dilemas**. São Paulo: CORTEZ, 2011.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia - Análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BOTELHO MOURÃO, A.R. Em Defesa da Educação Pública. **Revista Amazônica: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Amazonas**, v.2, n. 2, p.1-3, 2018.

BRASIL. **EM nº 00084/2016/MEC**. MEC. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 12 jan. 2020.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área - Área 38: Educação**. Disponível em: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/75-dav/caa3/4665-educacao>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CEMEAM - CENTRO DE MÍDIAS DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. **Sobre o Centro de Mídias**. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/p/historico-portugues>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CETAM - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS. **Formas de Atuação**. Disponível em: <http://www.cetam.am.gov.br/o-cetam/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

COSTA, N.F. et al. **A instrumentalização da educação brasileira: a reforma do ensino médio**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 10, n. 3, p. 176-185, dez. 2018.

DROPPA, A. A flexibilização da legislação trabalhista brasileira: a redução dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ao longo do tempo. **Canoa Do Tempo**, Manaus, v.9, n.1, p.4-21, 2017.

FAPEAM - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS. Edital nº 005/2018. **Programa de apoio à fixação de doutores no Amazonas - FIXAM**. Disponível em: <http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0052018-programa-de-apoio-a-fixacao-de-doutores-no-amazonas-fixam/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FERRETI, J. F.; SILVA, M. R. **Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia**. Educ. Soc., Campinas, v.38, n.139, abr -jun. 2017.

GÓIS, L.S.; RIBEIRO, M.M.; MOTA, L.M. Educação para o mercado: ideário capitalista que conforma a educação profissional brasileira. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, v. 19, p. 1- 20, jul. 2019.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2013.

LAGOA, M.I. A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário - conservador na política educacional brasileira. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, v. 19, p. 1- 14, mar. 2019.

MAIA GARCIA, F.; FERREIRA, D.G. Apresentação: da educação que pensa, age e enfrenta. **Revista Amazônica: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Amazonas**, v.2, n.1, p. 1-2. 2018.

_____. Caminhos coletivos. **Revista Amazônica: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Amazonas**, v.3, n.2, p.1-2, 2019.

MOTTA, V.C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n. 139, p.355-372, jun. 2017.

NOGUEIRA, S.C.C. II Fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica no Amazonas: Acesso ampliado e precarizado à educação pública. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, 2016.

RAMOS, M.N.; FRIGOTTO, G. Medida provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de Estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**. v. 16, n. 70, p. 30-48, dez. 2016.

SANTARÉM, E.D.V.; MAIA GARCIA, F.; SANTOS, J.O.L. dos. **Apresentação. Revista Amazônica: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Amazonas**, v.1,n.1, 2017.

SAVIANI, D. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2011.

SILVEIRA, E. S.; RAMOS, N. V.; VIANNA, R. B. O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, jan- abr. 2018.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. A Disputa Cultural: o pensamento conservador no Ensino Médio Brasileiro. **Revista Amazônica: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Amazonas**, v. 4, n. 2, p. 1-9, 2020.

Recebido em 25 de fevereiro de 2021.

Aceito em 18 de agosto de 2021.